

Ass. Constituinte

Empresários querem

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Valente, defendeu ontem a instituição da chamada "caixinha" dos empresários para eleger constituintes em 86, salientando que "o objetivo da campanha é levar para o Congresso Nacional parlamentares comprometidos com a defesa da livre iniciativa, sem qualquer ideologia política". O perfil desses candidatos, segundo explicou, ao falar em almoço promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia (Ajobe), em Brasília, será levantado não apenas a partir dos seus discursos atuais, mas também levando-se em conta a "retrospectiva de vida e a sua confiabilidade".

Para exemplificar, César Valente citou como "confiável" o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), candidato a prefeito de São Paulo. Ele negou ainda, com veemência, qualquer apoio ao ex-comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, executor das medidas de emergência em Brasília, que já anunciou que aceitará a ajuda da "caixinha" para se eleger constituinte pelo Rio de Janeiro. "Ele não teria apoio dos empresários que represento nem para eleger-se vereador, porque não tem uma retrospectiva confiável" — disse César Valente.

Segundo o empresário, é preciso acabar com o "falso moralismo" dos políticos, "que precisam da ajuda financeira dos empresários para custear suas campanhas, porque, todo mundo sabe, não se pode fazer propaganda, deslocar-se pelo interior e fazer banquetes sem dinheiro, e depois ficar contra as "caixinhas", denominação pejorativa do "lobby" político".

César Valente negou ainda qualquer vinculação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), "órgão retrógado, ultrapassado e de ultradireita, que prestou um grande desserviço ao País, nos últimos anos", com o movimento por ele liderado.

«E preciso deixar bem claro que não pretendemos fazer nenhum negócio escuso ou contra o regime

democrático, que defendemos até por razões empresariais, já que todo regime autocrático é prejudicial à livre iniciativa" — enfatizou.

Ele explicou que pretende estimular, inclusive, a regulamentação do "lobby" empresarial, para um maior controle dos recursos a serem destinados a cada candidato. "Eu defendo a declaração no imposto de renda, pelo empresário ou empresa e pelo próprio candidato, dessas contribuições, para evitar os abusos e distorções". César Valente esclareceu que não tem preferência por nenhum dos partidos políticos existentes e que os empresários pretendem eleger representantes em todo o País. Eles excluem, contudo, o PDT, o PT e os partidos comunistas (PCB e PC do B), "partidos ideológicos e, portanto, com mensagem definida, embora existam muitos fisiológicos neles, notadamente no PDT" — disse.

César Valente fez uma rápida avaliação do governo José Sarney, elogiando o seu discurso, mas cobrando medidas concretas que viabilizem a sua opção pela livre iniciativa. Fez severas críticas ao ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, "ministro dos trabalhadores e não do Trabalho", condenando, especialmente, o tratamento que vem dispensando às greves ocorridas na Nova República. O empresário fez ainda reparos à atuação do ministro do Planejamento, João Sayad, dizendo que o identifica "como pessoa que tem opção pelo capital de Estado", mas não quis compará-lo ao ex-ministro Delfim Netto, de quem se declarou "inimigo público número um".

César Valente confirmou que os empresários que representa se identificam com a linha do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão. Este último, segundo ele, "quando defende a indústria e o comércio, está defendendo também os trabalhadores, ao contrário do ministro Almir Pazianotto, que estimula a disfunção no processo produtivo do País, onerando o sistema produtivo e, em consequência, os trabalhadores".

Lyra pede parlamentarismo

O "parlamentarismo híbrido" — a exemplo do que acontece em Portugal — em que o presidente seja eleito pelo voto direto mas com sistema parlamentar de governo, é o que defenderá o ministro da Justiça, se for constituinte e assim entender o seu eleitorado.

Acrescentou, no entanto, que este será um dos temas mais polêmicos e discutidos da Constituinte, pois o Brasil é uma Federação e transplantar o parlamentarismo para os Estados, tradicionalmente com executivos fortes, será muito difícil. Lyra, contudo, ponderou que "como tudo está mudando no País, o povo poderá entender que um regime

flexível como o Parlamentarismo, dará instrumentos definitivos para consolidação do regime democrático no Brasil".

Lembrou que o parlamentarismo, afora nas democracias emergentes da América Latina e nos Estados Unidos, é adotado como sistema de governo, no mundo inteiro, inclusive no leste Europeu. Destacou que essa será uma das teses mais discutidas da futura Assembléia Nacional Constituinte, e que a defenderá se for eleito, mas de forma híbrida. E finalizou: "Pessoalmente acho que o parlamentarismo é o regime das democracias modernas".

eleger "confiáveis"

Política

Jornal de Brasília